

Ricos aceitam reduzir dívida de pobres

extrema

Berlin Ocidental — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, ficou satisfeito ontem ao receber duas notícias. Primeiro, ele soube que o governo do Japão anunciará, esta tarde, um novo plano econômico para ajudar os países em desenvolvimento — e o Brasil figura como um dos possíveis beneficiados. Mais tarde, ao ouvir a leitura do comunicado do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, ele notou que — pela primeira vez — os países ricos aceitaram, normalmente, a idéia de se promover mecanismos para a redução da dívida.

As duas iniciativas foram consideradas como de muita importância por ele. A japonesa terá um peso específico já que o Brasil — segundo as regras estabelecidas pelo ministro de Finanças, Kiichi Miyazawa — terá direito a reivindicar parte dos fundos desse pacote oriental. Quanto ao reconhecimento pelas grandes nações de que é necessário haver um esquema para abater o estoque do débito, ele clas-

sificou como avanço — ainda que aqueles governos continuem rejeitando a idéia das instituições multilaterais virem a participar da estratégia, como avalistas de bônus a serem emitidos pelos devedores.

Mudanças

"As coisas estão mudando: falar em redução da dívida em 1984 era um tabu, e hoje ela já aparece nos documentos oficiais. A idéia redução já foi aceita" — afirmou Maílson da Nóbrega. O volume total que o governo do Japão vai destinar aos países em desenvolvimento ainda não foi revelado. Versões que circulavam aqui ontem, porém, diziam que essa quantia poderia chegar a até US\$ 10 bilhões por ano nos próximos cinco anos. Já se sabe, no entanto, que o dinheiro será concedido através do Eximbank do Japão e canalizado apenas aos países que tiverem um programa de ajustes supervisionado pelo Fundo Monetário Internacional.

"O Brasil já tem um programa com o FMI e, portanto, é elegível

para a nova ajuda. Este será um significativo aporte de recursos que ajudará a financiar o balanço de pagamento do País a partir de 1989, ano em que receberemos apenas US\$ 600 milhões dos bancos privados" — disse o ministro ontem. Com isso, segundo ele, estaria solucionada boa parte de uma das duas preocupações do Governo: a de aumentar o fluxo de recursos para o País.

"O Brasil já abateu US\$ 4,5 milhões do total da sua dívida externa este ano — queremos agora ampliar o cardápio de opções para essa redução" — disse Maílson da Nóbrega. "Os bancos não vão mais nos emprestar dinheiro como no anos 70. Para levantar recursos nós já temos a alternativa dos bônus da saída, a dos bônus comuns, a do cofinanciamento feito por bancos privados e instituições multilaterais, e novas linhas de crédito para o comércio. Uma nova opção seria a capitalização de juros, mas isso ainda depende de modificação no sistema tributário de alguns países" — afirmou o ministro.

Suas esperanças foram reforçadas pela sugestão feita pelo Comitê Interino do FMI em sua reunião de ontem. O documento final dizia que a atual estratégia para solucionar a crise da dívida é apoiada pelos grandes países. E, mais adiante, sugeria uma revisão dos esquemas que hoje entravam o deslanche das novas idéias: "Os países credores devem verificar seu sistema tributário e os enfoques do menu de opções". Isso é necessário porque em vários países — como os Estados Unidos, Japão e França — há regras que não permitem aos bancos adotarem determinadas providências que facilitam a redução da dívida.

OS RESULTADOS DA CONVERSÃO ATÉ AGORA

ITEM	LÍQUIDO EM MILHÕES DE DÓLARES	BRUTO	DESCONTO (%)
1. Primeiros seis leilões	870,5	1.076,0	18,64
2. Carta circular 1303 (Depositado)	246,9	329,8	25,14
3. Carta circular 1303 (Outstanding)	311,3	344,7	9,66
4. Carta circular 1125	845,0	845,0	—
5. (1) + (2) + (3) + (4)	2.273,7	2.595,5	—
6. Conversões informais	—	1.930,0	—
7. TOTAL	—	4.525,5	—

Leilões realizados até 29 de agosto. Os demais dados se referem até 1º de agosto.

QUANTO CADA UM INVESTIU

PAÍS	QUANTIA Em milhões de dólares	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%)
Estados Unidos	330,1	37,7
Japão	120,0	13,7
França	82,1	9,4
Grã-Bretanha	47,6	5,4
Outros	295,9	33,8
TOTAL	875,7	100,0

Esta é a distribuição de investimentos por país, após os seis primeiros leilões. Fonte NMB Bank.